



Número: **0840725-10.2022.8.19.0038**

Classe: **RECUPERAÇÃO JUDICIAL**

Órgão julgador: **3ª Vara Cível da Comarca de Nova Iguaçu**

Última distribuição : **18/11/2022**

Valor da causa: **R\$ 681.481.168,50**

Assuntos: **Administração judicial**

Segredo de justiça? **NÃO**

Justiça gratuita? **NÃO**

Pedido de liminar ou antecipação de tutela? **SIM**

Partes	Procurador/Terceiro vinculado
RIOPET EMBALAGENS S.A. (REQUERENTE)	HAYNA BITTENCOURT (ADVOGADO) JULIANA HOPNER BUMACHAR SCHMIDT (ADVOGADO) MARCELLA DE AUGUSTO MOREIRA (ADVOGADO) VICTOR ASSUMPÇÃO DE SOUZA (ADVOGADO) EVARISTO ARAGAO FERREIRA DOS SANTOS registrado(a) civilmente como EVARISTO ARAGAO FERREIRA DOS SANTOS (ADVOGADO) ALEXANDRE BRASILIENSE TERTO (ADVOGADO) JOAQUIM OLIDIO RODRIGUES (ADVOGADO)
INJETRIO INDUSTRIA DE PLASTICO LTDA (REQUERENTE)	HAYNA BITTENCOURT (ADVOGADO) JULIANA HOPNER BUMACHAR SCHMIDT (ADVOGADO) MARCELLA DE AUGUSTO MOREIRA (ADVOGADO) VICTOR ASSUMPÇÃO DE SOUZA (ADVOGADO)
RESIN PLASTICOS LTDA (REQUERENTE)	HAYNA BITTENCOURT (ADVOGADO) JULIANA HOPNER BUMACHAR SCHMIDT (ADVOGADO) MARCELLA DE AUGUSTO MOREIRA (ADVOGADO) VICTOR ASSUMPÇÃO DE SOUZA (ADVOGADO)
BMW PARTICIPACOES LTDA (REQUERENTE)	HAYNA BITTENCOURT (ADVOGADO) JULIANA HOPNER BUMACHAR SCHMIDT (ADVOGADO) MARCELLA DE AUGUSTO MOREIRA (ADVOGADO) VICTOR ASSUMPÇÃO DE SOUZA (ADVOGADO)
HAYNA BITTENCOURT (REPRESENTANTE)	GLAUCIA CRISTINA MACHADO (ADVOGADO)
1º Ofício de Protesto de Títulos de Duque de Caxias (REQUERIDO)	
2º Ofício de Protesto de Títulos de Duque de Caxias (REQUERIDO)	
3º SERVIÇO NOTARIAL E REGISTRAL DO MUNICIPIO DE NOVA IGUAÇU ESTADO DO RIO DE JANEIRO (REQUERIDO)	
2 Ofício de Justiça de Rio Bonito (REQUERIDO)	
Gartório Ofício Único de Cordeiro (REQUERIDO)	
IEPTB-SP-Instituto de Estudos de Protesto de Títulos do Brasil (REQUERIDO)	
FIDC-CARIOGA (REQUERIDO)	OTTO WILLY GUBEL JUNIOR (ADVOGADO) SERGIO SANTOS HERDINA (ADVOGADO)
FIDC-GOAL (REQUERIDO)	OTTO WILLY GUBEL JUNIOR (ADVOGADO)

FIDG-SIGOOB (REQUERIDO)		OTTO WILLY GUBEL JUNIOR (ADVOGADO) RAFAEL DE MELLO E SILVA DE OLIVEIRA (ADVOGADO) JACKSON WILLIAM DE LIMA (ADVOGADO)	
FIDG-TEMPO (REQUERIDO)		OTTO WILLY GUBEL JUNIOR (ADVOGADO)	
Murilo Matuch de Carvalho (ADMINISTRADOR JUDICIAL)			
MATUCH DE CARVALHO ADVOGADOS ASSOCIADOS (ADMINISTRADOR JUDICIAL)		MURILO MATUCH DE CARVALHO (ADVOGADO)	
BANCO SOFISA S A (INTERESSADO)		HERNANI ZANIN JUNIOR (ADVOGADO)	
Documentos			
Id.	Data da Assinatura	Documento	Tipo
11683 1972	07/05/2024 18:10	RIOPET - 1 Aditivo PRJ_07mai24_MV_FB_ED_compressed_2	Outros documentos



**1º ADITIVO AO
PLANO DE RECUPERAÇÃO JUDICIAL**

DO GRUPO RIOPET

FORMADO POR:

RIOPET EMBALAGENS S/A – EM RECUPERAÇÃO JUDICIAL,

INJETRIO INDÚSTRIA DE PLÁSTICO LTDA – EM RECUPERAÇÃO JUDICIAL

RESIN PLÁSTICOS LTDA – EM RECUPERAÇÃO JUDICIAL

BMW PARTICIPAÇÕES LTDA – EM RECUPERAÇÃO JUDICIAL

Processo nº 0840725-10.2022.8.19.0038
3ª Vara Cível da Comarca de Nova Iguaçu/RJ
Nova Iguaçu (RJ), 07 de maio de 2024



ÍNDICE

I - OBJETIVO E REQUISITOS FORMAIS	1
II - DEFINIÇÕES E REGRAS DE INTERPRETAÇÃO	2
III - MEIOS DE RECUPERAÇÃO	14
IV - PROVIDÊNCIAS COMPLEMENTARES	33
V - EFEITOS DO PLANO DE RECUPERAÇÃO JUDICIAL.....	37
VI - DISPOSIÇÕES GERAIS	40
VII - LEGISLAÇÃO APLICÁVEL.....	41
VIII - RESOLUÇÃO DE DISPUTAS.....	41





1º ADITIVO SUBSTITUTIVO AO PLANO DE RECUPERAÇÃO JUDICIAL

As requerentes **(1) RIOPET EMBALAGENS S/A**, sociedade anônima, inscrita no C.N.P.J./M.E. sob o nº 00.771.482/0001-83, com sede e domicílio na Rua Professor Eduardo Vianna, nº 175, Galpão I, Carolina, Município de Nova Iguaçu, Estado do Rio de Janeiro, CEP 26012-840 (a “Riopet”); **(2) INJETRIO INDÚSTRIA DE PLÁSTICO LTDA**, sociedade empresária limitada, inscrita no C.N.P.J./M.E. sob nº 11.414.575/0001-77, com sede e domicílio na Rua Professor Eduardo Vianna, nº 175, Galpão 03, Carolina, Município de Rio de Janeiro, Estado de Rio de Janeiro, CEP 26.012-840 (a “Injetrio”); **(3) RESIN PLÁSTICOS LTDA.**, sociedade empresária limitada, inscrita no C.N.P.J./M.E. sob nº 09.594.388/0001-70, com sede e domicílio na Rua Professor Eduardo Vianna, nº 175, Galpão 03, Carolina, Município de Rio de Janeiro, Estado de Rio de Janeiro, CEP 26.012-840 (a “Resin”); e **(4) BMW PARTICIPAÇÕES LTDA.**, sociedade empresária limitada, inscrita no C.N.P.J./M.E. sob nº 37.994.669/0001-56, com sede e domicílio na Avenida Presidente Castelo Branco, nº 66, loja 106, Centro, Município de Rio Bonito, Estado de Rio de Janeiro, CEP 28800-000 (a “BMW” e em conjunto com Riopet, Injetrio e Resin, doravante denominadas “Grupo Riopet”) apresentaram, tempestivamente, nos autos do seu processo de recuperação judicial, autuado sob nº 0840725-10.2022.8.19.0038, em curso perante o D. Juízo da 3ª Vara Cível da Comarca de Nova Iguaçu, Estado do Rio de Janeiro (o “Processo de Recuperação Judicial”), o Plano de Recuperação Judicial (o “Plano de Recuperação Judicial”) unitário de Id. 42675998.

No entanto, para atender às solicitações de credores, as Recuperandas decidem apresentar o presente 1º Aditivo Substitutivo ao Plano de Recuperação Judicial (“1º Aditivo ao PRJ”) para posterior aprovação dos Credores Concurssais, que será regido conforme os seguintes termos e condições, dispostos abaixo:

I - OBJETIVO E REQUISITOS FORMAIS

1. O Plano de Recuperação Judicial do Grupo Riopet foi elaborado com o objetivo de permitir a manutenção da atividade empresarial do Grupo Riopet por meio da superação de sua crise econômico-financeira e do atendimento aos interesses dos Credores, estabelecendo os meios de recuperação do



Grupo Riopet.

1.1. Requisitos formais. O Plano de Recuperação Judicial cumpre os requisitos formais exigidos pelo art. 53 da LREF, eis que (i) pormenoriza os meios de recuperação do Grupo Riopet, conforme previsto no Capítulo III - MEIOS DE RECUPERAÇÃO, e (ii) é acompanhado dos documentos **Erro! Fonte de referência não encontrada.. Erro! Fonte de referência não encontrada. e Erro! Fonte de referência não encontrada..Erro! Fonte de referência não encontrada.,** subscritos por profissional legalmente habilitado.

II - DEFINIÇÕES E REGRAS DE INTERPRETAÇÃO

2. O Plano de Recuperação Judicial do Grupo Riopet deverá ser interpretado, respeitando os princípios da boa-fé e da função social, seguindo as definições e regras de interpretação dispostas a seguir:

2.1. Definições. Os termos a seguir definidos serão utilizados, conforme apropriado e aplicável, na sua forma singular ou plural, no gênero masculino ou feminino, sem que, com isso, percam o significado que lhes é atribuído.

2.1.1. “Ações Judiciais ou Procedimentos Arbitrais”: são os processos judiciais de qualquer natureza, incluindo os incidentes de habilitação e impugnação de crédito desta Recuperação Judicial, e os procedimentos arbitrais, que envolvem o Grupo Riopet, e que versam sobre relações jurídicas que, em razão da sua causa de pedir, poderão reconhecer, constituir, originar, excluir, mensurar ou reclassificar a totalidade ou parte de Créditos Concurssais, controversos e que eventualmente poderão constar da Lista de Credores.

2.1.2. “Administração Judicial”: é a administradora judicial, **Matuch de Carvalho Advogados Associados**, sociedade de advogados, inscrita no C.N.P.J./M.E. sob nº 06.863.392/0001-07, com sede e domicílio na Rua da Assembleia, 40, 5º andar, Centro, Município do Rio de Janeiro, Estado do Rio de Janeiro, CEP 20011-000 e com **endereço eletrônico oficial para contato:** riopet@mcaa.adv.br; ou quem eventualmente a substituir.



2.1.3. “Aniversário”: é a data de igual número de dias e do mesmo mês do ano subsequente ao de determinada data de início, cujo prazo deverá ser regido na forma do art. 132 do Código Civil.

2.1.4. “Antecipação Linear”: é o mecanismo previsto no item 3.2.1 para fins de eventual pagamento antecipado de Créditos Reestruturados.

2.1.5. “Aprovação do Plano”: é a aprovação deste Plano de Recuperação Judicial pelos Credores Concursais do Grupo Riopet reunidos na Assembleia de Credores designada para deliberar sobre ele ou a demonstração pelo Grupo Riopet dos termos da adesão ao Plano de Recuperação Judicial, de credores que satisfaçam o quórum previsto no artigo 45-A, da LREF, conforme autoriza o artigo 39, §4º, inciso I da LREF. Para os efeitos deste Plano de Recuperação Judicial, considera-se que a Aprovação do Plano ocorre na data da Assembleia de Credores em que ocorrer a votação do Plano de Recuperação Judicial ou a data que o Grupo Riopet apresentar no Processo de Recuperação Judicial os termos de adesão dos credores, e desde que seja posteriormente homologado judicialmente nos termos do artigo 58, § 1º, da LREF.

2.1.6. “Assembleia de Credores”: é qualquer assembleia geral de credores do Grupo Riopet, realizada no âmbito deste Processo de Recuperação Judicial, nos termos do Capítulo II, Seção IV, da LREF.

2.1.7. “Ativo Circulante”: São os bens e direitos do Grupo Riopet, contabilizados como Ativo Circulante na forma do art. 178, § 1º, inciso I, da LSA.

2.1.8. “Ativo Não Circulante”: São os bens e direitos do Grupo Riopet, contabilizados como Ativo Não Circulante na forma do art. 178, § 1º, inciso II, da LSA.

2.1.9. “BMW”: tem o significado atribuído no preâmbulo.

2.1.10. “Caso Fortuito” ou “Força Maior”: são considerados os eventos ou circunstâncias sujeitos ao disposto no artigo 393 e seu Parágrafo único do Código Civil, bem como aqueles



que impeçam, restrinjam, retardem ou prejudiquem a execução total ou parcial das obrigações previstas no Plano de Recuperação Judicial ou o exercício da atividade empresarial, incluindo, mas não se limitando, a greves, comoções sociais, incêndios, enchentes, guerras, terremotos, pandemias, hiperinflação, aumento substancial em insumos (ex. serviços, produtos, mão de obra), fato do Príncipe, atos de autoridades administrativas, alterações legislativas ou decisões judiciais que impeçam, inviabilizem ou dificultem o exercício empresarial pelo Grupo Riopet.

2.1.11. “Código Civil”: é a Lei Federal n.º 10.406, de 10 de janeiro de 2002, conforme alterada.

2.1.12. “Código de Processo Civil”: é a Lei Federal n.º 13.105, de 16 de março de 2015, conforme alterada.

2.1.13. “Controle”: significa, nos termos do art. 116 da LSA, (i) a titularidade de direitos de sócios que assegurem ao seu titular, de modo permanente, a maioria dos votos nas deliberações sociais e o poder de eleger a maioria dos administradores de uma sociedade; e (ii) o uso efetivo de tal poder para dirigir as atividades sociais e orientar o funcionamento dos órgãos da sociedade. As expressões e termos “Controlador”, “Controlado por”, “sob Controle comum” e “Controlada” têm os significados logicamente decorrentes desta definição de “Controle”.

2.1.14. “Coobrigação”: é a obrigação imputada a Terceiro em solidariedade com o Grupo Riopet, por qualquer forma jurídica, incluindo, mas não se limitando àquelas em decorrência (i) da assunção de obrigações solidárias em negócios jurídicos celebrado com Credores, (ii) da outorga de garantias fidejussórias como aval e fiança em favor do Grupo Riopet, e (iii) do reconhecimento por decisões judiciais, incluindo decisões sobre desconsideração da personalidade jurídica.

2.1.15. “Coobrigados”: São as pessoas, naturais ou jurídicas, que mantenham uma relação de Coobrigação com o Grupo Riopet perante um Credor.

2.1.16. “Créditos”: são os créditos e obrigações, materializados ou contingentes, líquidos ou ilíquidos, objeto de Ações Judiciais ou Procedimentos Arbitrais, iniciados ou não, que estejam



ou não relacionados na Lista de Credores do Grupo Riopet, sejam ou não sujeitos à Recuperação Judicial.

2.1.17. “Créditos com Garantia Real”: são os Créditos Concursais existentes em face do Grupo Riopet garantidos por direitos reais de garantia (v.g., penhor e hipoteca), nos termos do artigo 41, inciso II, da LREF, até o limite do valor do bem gravado, existentes na Data do Pedido, conforme valores atribuídos na Lista de Credores.

2.1.18. “Créditos Concursais”: são os Créditos Trabalhistas, Créditos com Garantia Real, Créditos Quirografários e Créditos ME/EPP e demais Créditos, sujeitos à Recuperação Judicial e que, em razão disso, podem ser reestruturados por este Plano de Recuperação Judicial, nos termos da LREF, incluindo eventuais Créditos que sejam reconhecidos sujeitos ao Processo de Recuperação Judicial no âmbito de habilitações ou impugnações de crédito.

2.1.19. “Créditos Extraconcursais”: são os Créditos detidos contra o Grupo Riopet: (i) cujofato gerador seja posterior à Data do Pedido; (ii) derivados de contratos celebrados até a Data do Pedido que não se submetem aos efeitos deste Plano de Recuperação Judicial de acordo com o artigo 49, §§ 3º e 4º, da LREF, (v.g., alienações fiduciárias em garantia, cessões fiduciárias em garantia ou contratos de arrendamento mercantil); (iii) outros Créditos não sujeitos à Recuperação Judicial, nos termos da LREF; ou (iv) Créditos reconhecidos como extraconcursais no âmbito de impugnações de crédito. No que diz respeito a Créditos garantidos por alienação fiduciária ou cessão fiduciária nos termos deste item (ii), o saldo remanescente do Crédito após eventual excussão ou integral monetização da respectiva garantia, não está incluído, para todos os fins, na definição de Créditos Extraconcursais, e receberá o tratamento conferido aos Créditos Quirografários.

2.1.20. “Créditos Ilíquidos”: são os Créditos Concursais, contingentes ou ilíquidos, em sua totalidade ou apenas sobre sua parcela, quando controversos, objeto de reconhecimento, constituição, originação, exclusão, mensuração ou reclassificação, por Ações Judiciais ou Procedimentos Arbitrais, iniciados ou não, derivados de quaisquer fatos geradores ocorridos até a Data do Pedido, que poderão ser considerados Créditos Concursais e que, em razão disso,



podem ser reestruturados pelo Plano de Recuperação Judicial, nos termos da LREF, como Créditos com Garantia Real, Créditos ME/EPP, Créditos Quirografários ou Créditos Trabalhistas, conforme aplicável, mas que dependem de decisão judicial transitada em julgado para determinar a sua liquidez, certeza, exigibilidade ou natureza para serem incluídos e classificados de forma definitiva na Lista de Credores e, portanto, objeto de pagamento pelo Grupo Riopet. Para fins de melhor esclarecimento, também serão considerados Créditos Ilíquidos a parcela controvertida de um Crédito relacionadas na Lista de Credores, mas que seja objeto de objeto de reconhecimento, constituição, origemação, exclusão, mensuração ou reclassificação, por Ações Judiciais ou Procedimentos Arbitrais e sem que tenha uma decisão transitada em julgado.

2.1.21. “Créditos ME/EPP”: são os Créditos Concursais detidos pelas pessoas naturais ou jurídicas enquadradas como microempresas e empresas de pequeno porte, conforme os critérios estabelecidos pela Lei Complementar nº 123, de 14 de dezembro de 2006 e conforme previstos nos artigos 41, inciso IV e 83, inciso IV, alínea d, da LREF.

2.1.22. “Créditos ME/EPP - Opção A”: é a Opção de Recebimento oferecida aos Credores ME/EPP, nos termos da Cláusula 3.1.5.1.

2.1.23. “Créditos ME/EPP - Opção B”: é a Opção de Recebimento oferecida aos Credores ME/EPP, nos termos da Cláusula 3.1.5.2.

2.1.24. “Créditos ME/EPP - Opção C”: é a Opção de Recebimento oferecida aos Credores ME/EPP, nos termos da Cláusula 3.1.5.3 abaixo.

2.1.25. “Créditos Quirografários - Opção A”: é a Opção de Recebimento oferecida aos Credores Quirografários, nos termos da Cláusula 3.1.3.1.

2.1.26. “Créditos Quirografários - Opção B”: é a Opção de Recebimento oferecida aos Credores Quirografários, nos termos da Cláusula 3.1.3.2.



2.1.27. “Créditos Quirografários - Opção C”: é a Opção de Recebimento oferecida aos Credores Quirografários, nos termos da Cláusula 3.1.3.3 abaixo.

2.1.28. “Créditos Trabalhistas - Opção A”: é a Opção de Recebimento oferecida aos Credores Trabalhistas, nos termos da Cláusula 3.1.1.1.

2.1.29. “Créditos Trabalhistas - Opção B”: é a Opção de Recebimento oferecida aos Credores Trabalhistas, nos termos da Cláusula 3.1.1.3 abaixo.

2.1.30. “Créditos Trabalhistas - Opção C”: é a Opção de Recebimento oferecida aos Credores Trabalhistas, nos termos da Cláusula 3.1.1.4 abaixo.

2.1.31. “Créditos Quirografários”: são os Créditos Concursais quirografários, com privilégio especial, com privilégio geral ou subordinado, conforme previsto nos artigos 41, inciso III e 83, inciso VI da LREF, além do saldo residual oriundo da excussão de qualquer garantia real ou fiduciária.

2.1.32. “Créditos Reestruturados”: são os créditos reestruturados estabelecidos neste Plano de Recuperação Judicial, em substituição e novação dos Créditos Concursais, conforme previstos na Cláusula 3.1 abaixo.

2.1.33. “Créditos Retardatários”: são os Créditos Concursais que forem reconhecidos por decisão judicial transitada em julgado ou administrativa superveniente que não seja passível de qualquer recurso administrativo, ou que forem incluídos na Lista de Credores, em decorrência de quaisquer habilitações de crédito, impugnações de crédito ou qualquer outro incidente ou requerimento de qualquer natureza formulado com a mesma finalidade, desde que apresentados após o decurso dos prazos legais a que se referem os artigos 7º, §§1º e 2º, e 8º da LREF, na forma do disposto no artigo 10 da LREF, que podem ser reestruturados por este Plano, nos termos da LREF, como Créditos com Garantia Real, Créditos ME/EPP, Créditos Quirografários ou Créditos Trabalhistas, conforme aplicável.



2.1.34. “Créditos Trabalhistas”: são os Créditos Concurtais e direitos derivados da legislação do trabalho ou decorrentes de acidente de trabalho, nos termos do artigo 41, inciso I, e nos limites estabelecidos pelo artigo 83, inciso I, da LREF, e desde que mantenham o seu caráter alimentar na Data de Homologação Judicial do Plano.

2.1.35. “Credores”: são as pessoas naturais ou jurídicas detentoras de Créditos, estejam ou não sujeitos aos efeitos do Plano de Recuperação Judicial, estejam ou não relacionadas na Lista de Credores.

2.1.36. “Credores com Garantia Real”: são os titulares de Créditos com Garantia Real.

2.1.37. “Credores Concurtais”: são os titulares de Créditos Concurtais.

2.1.38. “Credores Colaboradores”: são os Credores homologados no sistema Coca-Cola® que manifestarem seu interesse em continuar a adquirir as Garrafas PET Retornáveis (“RefPet”) ou Pré-Formas PET Oneway (“Pré-Forma”) comercializadas pelas Recuperandas, nos preços e nas condições financeiras negociadas em comum acordo entre as partes, desde que preencham, estritamente, os requisitos cumulativos estabelecidos na Cláusula 3.1.4 abaixo.

2.1.39. “Credores Extraconcurtais”: são os titulares de Créditos Extraconcurtais.

2.1.40. “Credores ME/EPP”: são os titulares de Créditos ME/EPP.

2.1.41. “Credores Quirografários”: são os titulares de Créditos Quirografários.

2.1.42. “Credores Retardatários”: são os titulares de Créditos Retardatários.

2.1.43. “Credores Trabalhistas”: são os titulares de Créditos Trabalhistas.

2.1.44. “Data de Aprovação do Plano”: é a data em que o presente Plano de Recuperação Judicial for aprovado pelos Credores Concurtais do Grupo Riopet, nos termos do artigo 58 da LREF.



2.1.45. “Data de Homologação Judicial do Plano”: é a data em que ocorrer a publicação, no Diário de Justiça Eletrônico, da decisão de Homologação Judicial do Plano proferida pelo Juízo da Recuperação Judicial.

2.1.46. “Data do Pedido”: é o dia 18 de novembro de 2022, data em que o pedido de recuperação judicial do Grupo Riopet foi ajuizado.

2.1.47. “Elevapet”: é a **Elevapet Administradora de Bens Ltda**, sociedade empresária limitada, inscrita no C.N.P.J./M.E. sob nº 40.752.924/0001-69, com sede e domicílio na Avenida Antonio Artioli, nº 570, conjunto 22, Bloco 02, B2, Bairro Swiss Park, Município de Campinas, Estado de São Paulo, CEP 13.049-900, cujas quotas representativas do seu capital social são integralmente detidas pela Riopet.

2.1.48. “Grupo Riopet”: tem o significado atribuído no preâmbulo. Sempre que aplicável, as referências ao Grupo Riopet deverão ser interpretadas como sendo às pessoas jurídicas que a sucederem em suas obrigações em razão de operações societárias previstas ou permitidas no âmbito deste Plano de Recuperação Judicial, e quaisquer outras que sejam necessárias ao redimensionamento e incremento da eficiência organizacional e redução de custos do Grupo Riopet.

2.1.49. “Dia Corrido”: é qualquer dia do mês, de modo que os prazos contados em Dias Corridos não são suspensos ou interrompidos.

2.1.50. “Dia Útil”: qualquer dia que não seja sábado, domingo, feriado ou que, por qualquer motivo, não haja expediente bancário no Município do Rio de Janeiro, Estado do Rio de Janeiro. Exclusivamente para atos que devam ser praticados em outros municípios, “Dia Útil” também significa qualquer dia que não seja sábado, domingo, feriado ou que, por qualquer motivo, não haja expediente bancário, no respectivo Município nem no Município do Rio de Janeiro, Estado do Rio de Janeiro.



2.1.51. “Empréstimo Extraconcursal Prioritário” ou “DIP”: significa o empréstimo contraído pelo Grupo Riopet durante o Processo de Recuperação Judicial, considerado crédito extraconcursal e protegido pelas disposições dos artigos 67, 84 e 149 da LREF e demais disposições legais aplicáveis.

2.1.52. “Formulário de Atualização Cadastral” é o formulário modelo constante deste Plano de Recuperação Judicial como documento **Erro! Fonte de referência não encontrada..**

2.1.53. “Formulário de Comunicação de Opção de Recebimento” é o formulário modelo constante deste Plano de Recuperação Judicial como documento

2.1.54. “Garantias Reais”: são os direitos de garantia (v.g., penhor e hipoteca, conforme Título X do Código Civil), nos termos deste Plano de Recuperação Judicial e/ou do artigo 41, inciso II, da LREF, que garantem os Créditos com Garantia Real.

2.1.55. “Homologação Judicial do Plano”: é a decisão judicial proferida pelo Juízo da Recuperação Judicial que homologar o Plano de Recuperação Judicial e, consequentemente, conceder a Recuperação Judicial, nos termos do artigo 58, caput e/ou §1º da LREF.

2.1.56. “Injetrio”: tem o significado atribuído no preâmbulo.

2.1.57. “Juízo da Recuperação Judicial”: é o D. Juízo da 3ª Vara Cível da Comarca de Nova Iguaçu, Estado do Rio de Janeiro.

2.1.58. “Laudo Econômico-Financeiro”: é o documento **Erro! Fonte de referência não encontrada.. Erro! Fonte de referência não encontrada..**, elaborado nos termos do artigo 53, inciso II, da LREF.

2.1.59. “Laudo de avaliação dos bens e ativos”: é o **Erro! Fonte de referência não encontrada.. Erro! Fonte de referência não encontrada..**, elaborado nos termos do artigo 53, inciso III, da LREF.

2.1.60. “Laudos”: são, conjuntamente, o Laudo de Viabilidade Econômica e o Laudo



Econômico-Financeiro.

2.1.61. “Leilão Reverso”: é o mecanismo previsto no item 3.2.2 abaixo para fins de eventual pagamento antecipado de Créditos Reestruturados.

2.1.62. “LSA”: é a Lei Federal nº 6.404, de 15 de dezembro de 1976.

2.1.63. “LREF”: é a Lei nº 11.101, de 9 de fevereiro de 2005, conforme significado atribuído no preâmbulo.

2.1.64. “Lista de Credores”: é a relação de Credores do Grupo Riopet elaborada pela Administração Judicial, conforme alterada por decisões judiciais transitadas em julgado que reconhecerem novos Créditos Concurais ou alterarem a legitimidade, classificação ou o valor de Créditos Concurais já reconhecidos.

2.1.65. “Opções de Recebimento”: tem o significado atribuído na cláusula 3.1 abaixo, em referência as opções oferecidas aos Credores Concurais, para recebimento dos Créditos Reestruturados.

2.1.66. “Parcelas Lineares”. São as parcelas correspondentes a um determinado valor pré-definido até o pagamento integral do respectivo Crédito Reestruturado. Na hipótese dos valores pagos pelo Grupo Riopet por meio das Parcelas Lineares atingirem o valor do Crédito Reestruturado, nada mais será devido a este Credor, ainda que sejam previstas eventuais Parcelas Lineares programadas para pagamento pelo Grupo Riopet, o que será oponível apenas àqueles Credores que ainda tiverem saldo de Crédito Reestruturado a ser pago. Caso, após o pagamento de parcelas anteriores, o saldo do Crédito Reestruturado, seja inferior ao valor pré-definido para a Parcela Linear seguinte, o Credor receberá na Parcela Linear seguinte, o valor do saldo do seu Crédito e não o valor total pré-definido da Parcela Linear seguinte.

2.1.67. “Parcelas Ordinárias”. São as parcelas correspondentes ao quociente (resultado) da divisão do valor do Crédito Reestruturado – total ou percentual, conforme o caso - pelo número de parcelas indicadas na correspondente Opção de Recebimento.



2.1.68. “Plano de Recuperação Judicial”: tem o significado atribuído no preâmbulo.

2.1.69. “Prazo de Escolha”: tem o significado atribuído no item 4.2 abaixo.

2.1.70. “Publicação da Homologação Judicial do Plano”: é a publicação no Diário de Justiça Eletrônico imprensa oficial da decisão proferida pelo Juízo da Recuperação Judicial que deferir a Homologação Judicial do Plano e a Concessão da Recuperação Judicial do Grupo Riopet.

2.1.71. “Quitação”: é a satisfação integral dos Créditos Reestruturados, exonerando o Grupo Riopet e seus Coobrigados.

2.1.72. “Recuperação Judicial”: tem o significado atribuído no preâmbulo.

2.1.73. “Relação de Documentação Suporte Obrigatória”: é a relação dos documentos obrigatórios a serem apresentados pelo Credor ao Grupo Riopet com o objetivo de evitar fraudes e garantir o pleno cumprimento deste Plano de Recuperação Judicial, incluindo, mas não se limitando à comprovação, conforme o caso, da titularidade e da exigibilidade do Crédito Reestruturado, dos poderes dos subscritores dos formulários e documentos padrão exigidos na forma deste Plano de Recuperação Judicial, bem como da titularidade das contas bancárias em que deverão ser realizados os pagamentos dos Créditos Reestruturados, sendo esta relação constante deste Plano de Recuperação Judicial como documento;

2.1.74. “Riopet”: tem o significado atribuído no preâmbulo.

2.1.75. “Resin”: tem o significado atribuído no preâmbulo.

2.1.76. “Terceiro”: é a pessoa natural ou jurídica diversa do Grupo Riopet.

2.1.77. “Termo de Cessão” é o documento modelo constante deste Plano de Recuperação Judicial como documento

2.1.78. “Termo de Compromisso de Manutenção de Relacionamento”: Significa o termo de



compromisso, assinado pelos “Credores Colaboradores” no prazo de exercício de opção de pagamento previsto na Cláusula 4.2 do Plano, a fim de receber os seus respectivos Créditos Quirografários na Modalidade de Pagamento aos “Credores Colaboradores”.

2.1.79. “Termo Inicial para Pagamento”: é a data da Publicação da Homologação Judicial do Plano ou data do recebimento da comunicação sobre atualização de dados do Credor na forma, prazo e procedimentos previstos no item 4.3 abaixo, o que ocorrer por último.

2.1.80. “Termo Inicial para Comunicação”. é (i) para Credores Concursais, titulares de Crédito que não sejam Créditos Ilíquidos, a Data de Homologação Judicial do Plano e (ii) para Credores Concursais, titulares de Créditos Ilíquidos, a data do trânsito em julgado da decisão proferida da Ação Judicial ou Procedimento Arbitral que poderá reconhecer, constituir, originar, excluir, mensurar ou reclassificar a totalidade ou parte controversa de Créditos Concursais, até que não restem dúvidas quanto a sua liquidez, certeza e exigibilidade e sujeição ao Plano de Recuperação Judicial.

2.1.81. “IPCA”: é Índice Nacional de Preços ao Consumidor Amplo que tem por objetivo medir a inflação de um conjunto de produtos e serviços comercializados no varejo, referentes ao consumo pessoal das famílias. Na eventualidade de sua extinção ou por imposição legal ou determinação judicial, o IPCA deverá ser substituído pela TR ou, na sua ausência, o último índice do IPCA que tiver sido divulgado.

2.1.82. “TR”: é a taxa de referência instituída pela Lei nº 8.177/1991, conforme apurada e divulgada pelo Banco Central do Brasil, cujo produto, quando expressamente previsto neste Plano, agregar-se-á ao saldo do valor nominal do Crédito para fins de cálculo do valor pecuniário das obrigações dispostas neste Plano, e que será devido nas datas de pagamento da parcela das referidas obrigações. No caso de indisponibilidade temporária da TR, será utilizado, em sua substituição, o último número-índice divulgado, calculado *pro rata temporis* por Dias Úteis, porém, não cabendo, quando da divulgação do número-índice devido, quaisquer compensações financeiras.



2.1.83.“UPI”: é a Unidade Produtiva Isolada, na forma dos artigos 60 e 60-A da LREF, que poderá ser composta por bens, direitos ou ativos de qualquer natureza, tangíveis ou intangíveis, isolados ou em conjunto.

2.2.Títulos. Os títulos dos Capítulos, das Cláusulas e dos itens do Plano de Recuperação Judicial foram incluídos exclusivamente para referência e não devem afetar sua interpretação ou o conteúdo de suas previsões.

2.3. Referências. Exceto se de outra forma expressamente previsto, as referências a quaisquer documentos ou instrumentos incluem todos os respectivos aditamentos, consolidações e complementações, assim como todas as Cláusulas e Anexos mencionados neste Plano de Recuperação Judicial referem-se a Cláusulas e Anexos deste Plano de Recuperação Judicial e as referências a Cláusulas ou aos itens deste Plano de Recuperação Judicial referem-se também aos seus respectivas itens.

2.4. Anexos. Todos os anexos ao Plano de Recuperação Judicial são a ele incorporados e constituem parte integrante deste Plano de Recuperação Judicial. Na hipótese de haver qualquer inconsistência entre este Plano de Recuperação Judicial e qualquer anexo, o Plano de Recuperação Judicial prevalecerá.

2.5. Disposições Legais. As referências a disposições legais e a leis devem ser interpretadas como referências a essas disposições tais como vigentes nesta data ou em data que seja especificamente determinada pelo contexto.

III - MEIOS DE RECUPERAÇÃO

3. O Grupo Riopet propõe a adoção das seguintes medidas como forma de superar a sua atual e momentânea crise econômico-financeira e dar continuidade a suas atividades.

3.1. Reestruturação da Dívida Concursal. O Grupo Riopet irá reestruturar as dívidas contraídas perante os Credores Concurtais, extinguindo e substituindo os Créditos Concurtais pelos Créditos



Reestruturados, conferindo aos Credores Concursais o direito de escolher, dentre um número de opções oferecidas, para todos os Credores da sua respectiva classe, a alternativa de recebimento de seus Créditos Reestruturados que melhor atenda a seus interesses, devendo ser observados os procedimentos e prazos descritos nos itens 4.2 e 4.3 abaixo (“Opções de Recebimento”), conforme detalhado abaixo.

3.1.1. **Créditos Trabalhistas.** Os Créditos Trabalhistas serão reestruturados e pagos, em moeda corrente nacional, da seguinte forma:

3.1.1.1. Créditos Trabalhistas Vencidos de Natureza Estritamente Salarial. Os Créditos Trabalhistas de natureza estritamente salarial, vencidos nos 3 (três) meses anteriores à Data do Pedido, serão pagos em até 30 (trinta) Dias Corridos contados da Data de Homologação Judicial do Plano, observado o limite de 5 (cinco) salários-mínimos nacionais em vigor, nos termos do art. 54, §1º, da LREF. Eventual saldo remanescente após o pagamento previsto nesta cláusula, caso existente, receberá o tratamento previsto no item 3.1.1.2, no 3.1.1.3 ou no 3.1.1.4 abaixo, conforme assim livremente optado pelo Credor.

3.1.1.2. Créditos Trabalhistas - Opção A. Os titulares de Créditos Trabalhistas que não se sujeitarem aos critérios da cláusula 3.1.1.1 acima, e que validamente elegerem a presente Opção A (“Créditos Trabalhistas - Opção A”) terão seus Créditos reestruturados e pagos da seguinte forma:

- (i) *Deságio:* Não haverá deságio.
- (ii) *Carência:* 35 (trinta e cinco) meses após o Termo Inicial para Pagamento, conforme item (iv) abaixo.
- (iii) *Atualização monetária:* IPCA apurada *pro rata temporis* a partir do Termo Inicial para Pagamento.
- (iv) *Pagamento do Principal - N° de parcelas:* 1 (uma) Parcela Ordinária com





vencimento no último Dia Útil do 36º (trigésimo-sexto) mês subsequente ao do Termo Inicial para Pagamento.

- (v) *Taxa de Juros a.a.*: 6% (seis por cento), calculado *pro rata temporis* a partir do Termo Inicial para Pagamento.
- (vi) *Pagamento da Taxa de Juros*. A Taxa de Juros será paga na data de pagamento da única parcela de principal.
- (vii) *Garantia*. Aos Credores que elegerem a Créditos Trabalhistas - Opção A será outorgado o penhor dos recebíveis do Grupo Riopet que vencerem no mês do pagamento dos Créditos abrangidos pela Créditos Trabalhistas - Opção A, devendo este penhor ser limitado, ao montante do correspondente Crédito abrangido pela Créditos Trabalhistas - Opção A ou de 5% (cinco por cento) do faturamento mensal do Grupo Riopet, o que for menor. Este Plano de Recuperação Judicial deverá servir como documento hábil para a constituição da garantia, cabendo aos Credores realizarem às suas despesas, eventuais registros nos órgãos competentes, para que tal garantia produza efeitos perante terceiros.

3.1.1.3. Créditos Trabalhistas - Opção B. Os titulares de Créditos Trabalhistas que não se sujeitarem aos critérios da cláusula 3.1.1.1 acima, e que validamente elegerem a presente Opção B ("Créditos Trabalhistas - Opção B") terão seus Créditos reestruturados e pagos da seguinte forma:

- (i) *Deságio*: 35% (trinta e cinco por cento) de deságio.
- (ii) *Carência*: 11 (onze) meses após o Termo Inicial para Pagamento, conforme item (iv) abaixo.
- (iii) *Atualização monetária*: IPCA apurada *pro rata temporis* a partir do Termo Inicial para Pagamento.



- (iv) *Pagamento do Principal - N° de parcelas*: Será paga 1 (uma) Parcela Ordinária com vencimento no último Dia Útil do 12º (décimo-segundo) mês subsequente ao do Termo Inicial para Pagamento.
- (v) *Taxa de Juros a.a.*: 3% (três por cento), calculado *pro rata temporis* a partir do Termo Inicial para Pagamento.
- (vi) *Pagamento da Taxa de Juros*. A Taxa de Juros será paga na data de pagamento da única parcela de principal.

3.1.1.4. Créditos Trabalhistas - Opção C. Os titulares de Créditos Trabalhistas que não se sujeitarem aos critérios da cláusula 3.1.1.1 acima, e que validamente elegerem a presente Opção C ("Créditos Trabalhistas - Opção C") terão seus Créditos reestruturados e pagos da seguinte forma:

- (i) *Deságio*: 45% (quarenta e cinco por cento) de deságio.
- (ii) *Carência*: 1 (um) mês após o Termo Inicial para Pagamento, conforme item (iv) abaixo.
- (iii) *Atualização monetária*: Não haverá atualização monetária.
- (iv) *Pagamento do Principal - N° de parcelas*: Serão pagas até 11 (onze) parcelas mensais e sucessivas, sendo:
 - a) Até 10 (dez) Parcelas Lineares, mensais e sucessivas, no valor de até R\$ 660,00 (seiscentos e sessenta reais) cada, vencendo a primeira no último Dia Útil do 2º (segundo) mês subsequente ao do Termo Inicial para Pagamento, e as demais, enquanto houver saldo de Crédito Reestruturado, no último Dia Útil dos meses subsequentes ao do vencimento da parcela imediatamente anterior; e
 - b) Na hipótese de ainda existir saldo de Crédito Reestruturado não abrangido pelo pagamento das Parcelas Lineares acima, será ainda paga 01 (uma) Parcela Ordinária



adicional, vencendo esta parcela residual no último Dia Útil do mês subsequente ao da última Parcela Linear.

(v) *Taxa de Juros a.a.*: 1% (um por cento), calculado *pro rata temporis* a partir do Termo Inicial para Pagamento.

(vi) *Pagamento da Taxa de Juros*. A Taxa de Juros será paga em 01 (uma) única parcela com vencimento no último Dia Útil do 12º (decimo-segundo) mês subsequente ao do Termo Inicial para Pagamento.

3.1.2. **Créditos com Garantia Real**. Não existem Créditos dessa natureza devidos pelo Grupo Riopet e, portanto, sujeitos ao Plano de Recuperação Judicial. Caso sejam identificados Credores com Garantia Real, tais Credores terão seus Créditos reestruturados e pagos nas mesmas condições aplicáveis aos Créditos Quirografários - Opção A, conforme previstas na cláusula 3.1.3.1 abaixo.

3.1.3. **Créditos Quirografários**. Os Créditos Quirografários serão pagos, em moeda corrente nacional, de acordo com uma das opções a serem escolhidas livremente por seu respectivo Credor.

3.1.3.1. Créditos Quirografários - Opção A. Os titulares de Créditos Quirografários que validamente elegerem a presente Opção A (“Créditos Quirografários - Opção A”) terão seus Créditos reestruturados e pagos, nas seguintes condições:

(i) *Deságio*: Não haverá deságio.

(ii) *Atualização monetária*: IPCA apurada *pro rata temporis* a partir do Termo Inicial para Pagamento.

(iii) *Carência*: 10 (dez) anos, conforme item (iv) abaixo.



- (iv) *Pagamento do Principal - N° de parcelas:* 1 (uma) Parcela Ordinária com vencimento no último Dia Útil do primeiro mês subsequente ao completar do 10º (décimo) Aniversário do Termo Inicial para Pagamento.
- (v) *Taxa de Juros a.a.:* 6% (seis por cento), calculado *pro rata temporis* a partir do Termo Inicial para Pagamento.
- (vi) *Pagamento da Taxa de Juros.* A Taxa de Juros será paga em parcelas trimestrais e sucessivas, vencendo a primeira no último Dia Útil do 24º (vigésimo quarto) mês subsequente ao do Termo Inicial para Pagamento, e as demais no último Dia Útil dos trimestres subsequentes ao do vencimento da parcela imediatamente anterior. A última parcela trimestral da taxa de juros será paga na data de pagamento da única parcela de pagamento do principal.

3.1.3.2. Créditos Quirografários - Opção B. Os titulares de Créditos Quirografários que validamente elegerem a presente Opção B (“Créditos Quirografários - Opção B”) terão seus Créditos reestruturados e pagos da seguinte forma:

- (i) *Deságio:* 35% (trinta e cinco por cento).
- (ii) *Atualização monetária:* IPCA apurada *pro rata temporis* a partir do Termo Inicial para Pagamento.
- (iii) *Carência:* 1 (um) mês após o Termo Inicial para Pagamento, conforme item (iv) abaixo.
- (iv) *Pagamento do Principal - N° de parcelas:* Serão pagas até 108 (cento e oito) parcelas, sendo:
 - a) Até 107 (cento e sete) Parcelas Lineares, mensais e sucessivas, sem correção monetária ou juros, no valor de até R\$ 303,00 (trezentos e três reais) cada, vencendo



a primeira no último Dia Útil do 2º (segundo) mês subsequente ao do Termo Inicial para Pagamento, e as demais, enquanto houver saldo de Crédito Reestruturado, no último Dia Útil dos meses subsequentes ao do vencimento da parcela imediatamente anterior; e

b) Na hipótese de ainda existir saldo de Crédito Reestruturado não abrangido pelo pagamento das Parcelas Lineares acima, será ainda paga 01 (uma) Parcela Ordinária adicional, vencendo esta parcela residual no último Dia Útil do mês subsequente ao da última Parcela Linear.

(v) *Taxa de Juros a.a.*: 3% (três por cento), calculado *pro rata temporis* a partir do Termo Inicial para Pagamento.

(vi) *Pagamento da Taxa de Juros*. A Taxa de Juros será paga na data de pagamento da última parcela de principal.

3.1.3.3. Créditos Quirografários - Opção C. Os titulares de Créditos Quirografários que validamente elegerem a presente Opção C (“Créditos Quirografários - Opção C”) terão seus Créditos reestruturados e pagos da seguinte forma:

(i) *Deságio*: 65% (sessenta e cinco por cento) de deságio.

(ii) *Atualização monetária*: IPCA apurada *pro rata temporis* a partir do Termo Inicial para Pagamento.

(iii) *Carência*: 12 (doze) meses após o Termo Inicial para Pagamento, conforme item 3.1.3.2(iv) acima.

(iv) *Pagamento do Principal - N° de parcelas*: Serão pagas 108 (cento e oito) Parcelas Ordinárias, mensais e sucessivas, vencendo a primeira no último Dia Útil do 12º





(décimo-segundo) mês subsequente ao do Termo Inicial para Pagamento, e as demais no último Dia Útil dos meses subsequentes ao do vencimento da parcela imediatamente anterior, a serem pagas conforme escalonamento abaixo:

- a) 10% (dez por cento) do Crédito Reestruturado será pago de forma parcelada, por meio da 1ª (primeira) à 36ª (trigésima sexta) Parcelas Ordinárias;
 - b) 15% (quinze por cento) do Crédito Reestruturado será pago de forma parcelada, por meio da 37ª (trigésima-sétima) à 72ª (septuagésima-segunda) Parcelas Ordinárias;
 - c) 20% (vinte por cento) do Crédito Reestruturado será pago de forma parcelada, por meio da 73ª (septuagésima-terceira) à 96ª (nonagésima-sexta) Parcelas Ordinárias;
 - d) 55% (cinquenta e cinco por cento) do Crédito Reestruturado será pago de forma parcelada, por meio da 97ª (nonagésima-sétima) à 108ª (centésima-oitava) Parcelas Ordinárias.
- (v) *Taxa de Juros a.a.*: 1% (um por cento), calculado *pro rata temporis* a partir do Termo Inicial para Pagamento.
- (vi) *Pagamento da Taxa de Juros*. A Taxa de Juros será paga em parcelas mensais e sucessivas, vencendo na mesma data de vencimento das parcelas de pagamento do principal.

3.1.4. Modalidade de Pagamento aos Credores Colaboradores: O Grupo Riopet comercializa embalagens PET retornáveis (“RefPet”) e Pré-Formas PET Oneway (“Pré-Forma”) homologadas no sistema Coca-Cola®, sendo essencial à manutenção da atividade empresarial exercida pelas Recuperandas a continuidade (e aumento) do fornecimento destes produtos a seus clientes, especialmente para as empresas igualmente homologadas pelo sistema Coca-Cola®.





Assim, objetivando fomentar a atividade econômica das Recuperandas, tendo em vista que sua maior cliente é, justamente, a Coca-Cola®, apresenta-se a presente Cláusula de “Credor Colaborador”, na esteira do disposto no parágrafo único do art. 67 da Lei 11.101/2005, que tem como objetivo incentivar a compra de embalagens PET retornáveis (“RefPet”) e Pré-Formas PET Oneway (“Pré-Forma”) junto às Recuperandas.

Deste modo, com a finalidade de manter o contínuo fornecimento de seus produtos e, consequentemente, possibilitar a geração de caixa às Recuperandas, os “Credores Colaboradores” que optarem por receber seus Créditos Quirografários nos termos desta Cláusula 3.1.4., concordam em assinar, na apresentação deste aditivo, um “Termo de Compromisso de Manutenção de Relacionamento”, onde o respectivo “Credor Colaborador” se comprometerá a continuar adquirindo embalagens PET retornáveis (“RefPet”) e Pré-Formas PET Oneway (“Pré-Forma”) comercializados pelas Recuperandas no padrão de qualidade exigido pela Coca-Cola®. Portanto, todos os credores devidamente credenciados e homologados perante a Coca-Cola® que tenham interesse em adquirir tais embalagens comercializadas pelas Recuperandas, poderão aderir à Cláusula de “Credor Colaborador” abaixo:

3.1.4.1. Uma vez assinado o “Termo de Compromisso de Manutenção de Relacionamento”, os “Credores Colaboradores” receberão os seus Créditos Quirografários, sem desconto ou deságio, da seguinte forma: a cada novo pedido junto às Recuperandas de embalagens PET retornáveis (“RefPet”) e/ou Pré-Formas PET Oneway (“Pré-Forma”) realizados após a adesão do credor a este Plano de Recuperação Judicial, a fim de estimular novos negócios às Recuperandas, será conferido desconto de 50% (cinquenta por cento) no valor total a ser faturado (desconto, este, a ser aplicado nas faturas emitidas após a aprovação e homologação do Plano de Recuperação), abatendo-se os demais 50% (cinquenta por cento) do crédito concursal, até que atinja a quitação integral do crédito arrolado no Quadro Geral de Credores.

3.1.4.2. Caso o credor opte pela assinatura do “Termo de Compromisso de Manutenção de Relacionamento” antes da homologação do Plano de



Recuperação Judicial, este ficará ciente que deverá pagar a integralidade do valor da fatura e o desconto de 50% do valor total da fatura, previsto na cláusula 3.1.4.1., será realizado, após a homologação do Plano de Recuperação Judicial, mediante abatimento do crédito concursal que o cliente possuir junto às Recuperandas.

3.1.5. **Créditos ME/EPP.** Os Créditos ME/EPP serão pagos, em moeda corrente nacional, de acordo com uma das opções a serem escolhidas livremente por seu respectivo Credor.

3.1.5.1. Créditos ME/EPP - Opção A. Os titulares de Créditos ME/EPP que validamente elegerem a presente Opção A (“Créditos ME/EPP - Opção A”) terão seus Créditos reestruturados e pagos da seguinte forma:

- (i) *Deságio:* Não haverá deságio.
- (ii) *Atualização monetária:* IPCA apurada *pro rata temporis* a partir do Termo Inicial para Pagamento.
- (iii) *Carência:* 10 (dez) anos, conforme item (iv) abaixo.
- (iv) *Pagamento do Principal - Nº de parcelas:* 1 (uma) Parcela Ordinária com vencimento no último Dia Útil do primeiro mês subsequente ao 10º (décimo) Aniversário do Termo Inicial para Pagamento.
- (v) *Taxa de Juros a.a.:* 6% (seis por cento), calculado *pro rata temporis* a partir do Termo Inicial para Pagamento.
- (vi) *Pagamento da Taxa de Juros.* A Taxa de Juros será paga em parcelas trimestrais e sucessivas, vencendo a primeira no último Dia Útil do 24º (vigésimo quarto) mês subsequente ao Termo Inicial para Pagamento, e as demais no último Dia Útil dos trimestres subsequentes ao do vencimento da parcela imediatamente anterior. A última parcela trimestral da taxa de juros será paga na data de pagamento da única



parcela de principal.

3.1.5.2. Créditos ME/EPP - Opção B. Os titulares de Créditos ME/EPP que validamente elegerem a presente Opção B (“Créditos ME/EPP - Opção B”) terão seus Créditos reestruturados e pagos da seguinte forma:

- (i) *Deságio*: 35% (trinta e cinco por cento).
- (ii) *Atualização monetária*: IPCA apurada *pro rata temporis* a partir do Termo Inicial para Pagamento.
- (iii) *Carência*: 1 (um) mês após o Termo Inicial para Pagamento, conforme item 3.1.3.2(iv) acima.
- (iv) *Pagamento do Principal - N° de parcelas*: Serão pagas até 108 (cento e oito) parcelas, sendo:
 - a) Até 107 (cento e sete) Parcelas Lineares, mensais e sucessivas, sem correção monetária ou juros, no valor de até R\$ 303,00 (trezentos e três reais) cada, vencendo a primeira no último Dia Útil do 2º (segundo) mês subsequente ao do Termo Inicial para Pagamento, e as demais, enquanto houver saldo de Crédito Reestruturado, no último Dia Útil dos meses subsequentes ao do vencimento da parcela imediatamente anterior; e
 - b) Na hipótese de ainda existir saldo de Crédito Reestruturado não abrangido pelo pagamento das Parcelas Lineares acima, será ainda paga 01 (uma) Parcela Ordinária adicional, vencendo esta parcela residual no último Dia Útil do mês subsequente ao da última Parcela Linear.
- (v) *Taxa de Juros a.a.*: 3% (três por cento), calculado *pro rata temporis* a partir do Termo Inicial para Pagamento.



(vi) *Pagamento da Taxa de Juros*. A Taxa de Juros será paga na data de pagamento da última parcela de principal.

3.1.5.3. Créditos ME/EPP - Opção C. Os titulares de Créditos ME/EPP que validamente elegerem a presente Opção C (“Créditos ME/EPP - Opção C”) terão seus Créditos reestruturados e pagos da seguinte forma:

- (i) *Deságio*: 65% (sessenta e cinco por cento) de deságio.
- (ii) *Atualização monetária*: IPCA apurada *pro rata temporis* a partir do Termo Inicial para Pagamento.
- (iii) *Carência*: 12 (doze) meses após o Termo Inicial para Pagamento, conforme item 3.1.3.2(iv) acima.
- (iv) *Pagamento do Principal - N° de parcelas*: Serão pagas 108 (cento e oito) Parcelas Ordinárias, mensais e sucessivas, vencendo a primeira no último Dia Útil do 12º (décimo-segundo) mês subsequente ao do Termo Inicial para Pagamento, e as demais no último Dia Útil dos meses subsequentes ao do vencimento da parcela imediatamente anterior, a serem pagas conforme escalonamento abaixo:
 - a) 10% (dez por cento) do Crédito Reestruturado será pago de forma parcelada, por meio da 1ª (primeira) à 36ª (trigésima sexta) Parcelas Ordinárias;
 - b) 15% (quinze por cento) do Crédito Reestruturado será pago de forma parcelada, por meio da 37ª (trigésima-sétima) à 72ª (septuagésima-segunda) Parcelas Ordinárias;
 - c) 20% (vinte por cento) do Crédito Reestruturado será pago de forma parcelada, por meio da 73ª (septuagésima-terceira) à 96ª (nonagésima-sexta) Parcelas Ordinárias;



d) 55% (cinquenta e cinco por cento) do Crédito Reestruturado será pago de forma parcelada, por meio da 97ª (nonagésima-sétima) à 108ª (centésima-oitava) Parcelas Ordinárias.

(v) *Taxa de Juros a.a.*: 1% (um por cento), calculado *pro rata temporis* a partir do Termo Inicial para Pagamento.

(vi) *Pagamento da Taxa de Juros*. A Taxa de Juros será paga em parcelas mensais e sucessivas, vencendo na mesma data de vencimento das parcelas de pagamento do principal.

3.1.6. Créditos Retardatários. Os Créditos Retardatários também serão extintos e substituídos por Créditos Reestruturados e pagos de acordo com uma das Opções de Recebimento oferecidas à respectiva classe de Créditos Concursais, conforme previsto nos itens da cláusula 3.1 deste Plano de Recuperação Judicial, também se iniciando a partir do Termo Inicial para Pagamento.

3.1.6.1. Todos os Credores Retardatários, incluindo Credores Concursais, detentores de parcelas incontroversas de Créditos Concursais que tenham parcela pendente de decisão transitada em julgado, deverão preencher de forma segregada os requisitos para escolha da Opção de Recebimento da parcela retardatária do seu Crédito, devendo inclusive enviar novamente todos os documentos previstos na cláusula 4.2 abaixo.

3.1.7. Créditos Ilíquidos. Os Créditos Ilíquidos somente serão devidos pelo Grupo Riopet após a certificação do trânsito em julgado da decisão judicial que reconheça sua liquidez, certeza e exigibilidade e classificação de tais créditos e estarão sujeitos aos termos e condições aplicáveis aos Créditos Retardatários.

3.1.7.1. Na hipótese do Grupo Riopet ter pago Créditos Ilíquidos, em virtude de decisão judicial recorrível, e caso, posteriormente, seja preferida decisão judicial definitiva, transitada em julgado, que decorra na majoração, extinção ou



diminuição ou reclassificação de tais Créditos Ilíquidos já pagos, os Créditos Ilíquidos se sujeitarão aos seguintes efeitos:

- (i) Na hipótese de se verificar eventual majoração no valor de qualquer Crédito decorrente de decisão judicial transitada em julgado após a Data de Aprovação do Plano ou objeto de acordo entre as partes firmado após a Data de Aprovação do Plano, o montante correspondente à diferença entre o Crédito decorrente de decisão judicial transitada em julgado ou acordo entre as partes e o montante reconhecido na Lista de Credores será pago na forma prevista neste Plano de Recuperação Judicial para os Créditos Retardatários. Neste caso, as regras de pagamento do valor majorado de tais Créditos, notadamente quanto à incidência de juros, passarão a ser aplicáveis apenas a partir da habilitação do crédito, correspondente à parcela majorada do referido Crédito e desde que atendidos todos os requisitos e observados todos os procedimentos e prazos descritos nos itens 4.2 e 4.3 abaixo; e
- (ii) Na hipótese de se verificar eventual extinção ou redução no valor de Créditos decorrentes de decisão judicial transitada em julgado ou acordo entre as partes, e a consequente retificação da Lista de Credores, o Credor Concursal que se beneficiou desse pagamento indevido, deverá restituir ao Grupo Riopet, no prazo de 10 (dez) Dias Úteis a contar da certificação do referido trânsito em julgado ou acordo entre as partes, conforme o caso, os valores que já tenham sido pagos e que superem o valor de seu Crédito Reestruturado. A não restituição tempestiva, ensejará na incidência dos encargos e penalidades previstos no item 3.1.12 abaixo, podendo o Grupo Riopet compensar este valor acrescido de encargos e de penalidades com eventuais Créditos Concurssais, no momento do vencimento das suas correspondentes parcelas.

3.1.8. Créditos em moeda estrangeira. Os Créditos denominados em moeda estrangeira serão mantidos na moeda original para todos os fins de direito, em conformidade com o disposto no artigo 50, § 2º, da LREF, e serão liquidados em conformidade com as disposições deste Plano de Recuperação Judicial.



3.1.9. **Créditos Extraconcursais.** Fica ressaltado que os Créditos Extraconcursais não estão sujeitos e não serão novados por força da aprovação do presente Plano de Recuperação Judicial, sendo certo que a sua reestruturação dependerá de negociações bilaterais com os Credores Extraconcursais.

3.1.10. **Custos e Tributos.** Todas as obrigações financeiras e todos os pagamentos a serem realizados pelo Grupo Riopet no âmbito do Plano de Recuperação Judicial, serão cumpridos e pagos líquidos de quaisquer tributos, contribuições sociais, impostos, encargos, taxas ou outras cobranças de qualquer natureza, presentes e futuros.

3.1.11. **Forma de Pagamento.** O Grupo Riopet deverá pagar os Créditos Reestruturados, seja em razão da reestruturação da dívida concursal prevista na cláusula 3.1 acima, ou do pagamento antecipado dos Créditos Reestruturados previsto na cláusula 3.2 abaixo, da seguinte forma:

- (i) Compensação. Com o objetivo de preservar o caixa do Grupo Riopet, as parcelas dos Créditos Reestruturados poderão ser pagas pelo Grupo Riopet por meio de compensações, nos termos do artigo 368 e seguintes do Código Civil, nos casos em que o Grupo Riopet e seus Credores Concursais possuírem obrigações recíprocas de créditos e débitos; devendo tal compensação ocorrer apenas no momento do vencimento de tais parcelas e nos limites do valor dela constante; e,
- (ii) Transferência bancária. Não havendo créditos e débitos a serem compensados na forma prevista no item (i) acima, ou, a exclusivo critério do Grupo Riopet, os Créditos Reestruturados serão pagos por meio de documento de ordem de crédito (DOC), transferência eletrônica disponível (TED), pagamento instantâneo (Pix) ou qualquer outro documento que comprove a transação bancária, em conta bancária a ser obrigatoriamente informada pelo Credor Concursal na forma do item 4.3 abaixo. O comprovante de depósito ou de transferência do valor creditado servirá como prova de Quitação.

3.1.12. **Penalidades e Encargos.** O não pagamento tempestivo dos Créditos Reestruturados, seja em razão da reestruturação da dívida concursal prevista na cláusula 3.1 acima ou do



pagamento antecipado dos Créditos Reestruturados, previsto na cláusula 3.1 acima, implicará na incidência de multa de 2% (dois por cento) sobre o valor inadimplido do respectivo Crédito Reestruturado, além da incidência de Taxa de Juros a.a. de mora de 1% (um por cento), atualizado desde a data do inadimplemento até a data do efetivo e integral pagamento, pela variação da TR, calculados *pro rata temporis*.

3.1.13. **Vencimento antecipado.** Sem prejuízo da incidência das penalidades previstas no item 3.1.12 acima, o Credor Concursal que tiver inadimplido o pagamento de (i) 3 (três) parcelas consecutivas do seu Crédito Reestruturado ou (ii) de 5 (cinco) parcelas não consecutivas do seu Crédito Reestruturado; poderá exigir o vencimento antecipado das parcelas, vincendas e que não tenham sido pagas, do seu respectivo Crédito Reestruturado, trazidas a valor presente na forma do item 3.2.1 abaixo.

3.2. Antecipação do Pagamento dos Créditos Reestruturados. Se houver disponibilidade de caixa que não comprometa a estabilidade financeira e a continuidade das suas operações, a seu exclusivo critério, o Grupo Riopet envidará seus melhores esforços para realizar o pagamento antecipado, total ou parcial, dos Créditos Reestruturados incluindo aqueles devidos aos Credores Trabalhistas e Credores Parceiros, podendo optar pelas seguintes formas de antecipação:

3.2.1. Antecipação Linear. O Grupo Riopet poderá optar por antecipar total ou parcialmente o pagamento de uma ou mais parcelas de uma determinada Opção de Recebimento, independentemente, da sua ordem de pagamento, da classe de credores ou da Opção de Recebimento. Nesta hipótese, o Grupo Riopet deverá para tanto, antecipar o pagamento de todos os Credores que fizerem jus a tal parcela, devendo tais créditos serem trazidos a valor presente, conforme fórmula abaixo:

$$VP = \sum_{i=1}^t (FC_i / (1 + 0,00135)^n), \text{ onde}$$

VP é o valor do pagamento a ser realizado;

\sum é o símbolo de somatório;

FC_i é o *i*-ésimo fluxo de caixa a ser recebido pelos credores conforme previsto no parcelamento do plano;

t é o número de parcelas definidas para antecipação à data da decisão de antecipação de pagamento;

n é o número de dias corridos contados a partir da decisão de pagamento antecipado até o pagamento da parcela *FC_i*.



3.2.2. Leilão Reverso. O Grupo Riopet poderá ainda convocar os Credores para participarem de leilão reverso, que obedeça às seguintes formalidades, possibilitando aos Credores que concederem os maiores descontos sobre os seus respectivos Créditos Reestruturados o direito de serem satisfeitos de forma antecipada:

3.2.2.1. *Procedimento e critérios pré-definidos*. O Grupo Riopet poderá, a seu exclusivo critério e a qualquer tempo, realizar leilão reverso que respeite as seguintes formalidades e critérios pré-definidos:

- (i) O Grupo Riopet informará aos Credores Concursais por meio de Edital publicado no Processo de Recuperação Judicial a realização do Leilão Reverso
- (ii) O Edital de convocação deverá conter: a) montante de caixa que será destinado ao leilão reverso; e b) data e local da realização do leilão, podendo ser realizado por plataforma *online*.
- (iii) Somente poderão participar do Leilão Reverso os Credores Concursais que concordarem receber o saldo do seu Crédito Reestruturado, trazido a valor presente na forma do item 3.2.1 acima, e sujeito à deságio adicional mínimo de 5% (cinco por cento) sobre este montante.
- (iv) A ordem de pagamento dos Credores, será definida conforme os Credores que concederem o maior percentual de desconto em seu saldo devedor do seu Crédito Reestruturado atualizado até a data do leilão, do maior desconto para o menor.
- (v) Enquanto houver saldo, o Grupo Riopet poderá repetir o mesmo procedimento.
- (vi) Na hipótese de o valor disponível não ser suficiente para liquidar o total do Crédito Reestruturado, a quitação será apenas parcial, proporcional ao valor efetivamente pago e o saldo remanescente, continuará a ser pago na forma da Opção de



Recebimento escolhida pelo Credor, diluído nas parcelas remanescentes.

- (vii) Caso haja mais de um Credor vencedor do Leilão Reverso e a soma dos respectivos Créditos superar o montante destinado ao pagamento antecipado do Crédito Reestruturado, será efetuado um rateio proporcional entre os Credores vencedores, considerando-se como critério de rateio o número de cabeças dos Credores vencedores, independentemente de valor do seu Crédito Reestruturado.

3.2.2.2. *Procedimento alternativo.* O Grupo Riopet poderá realizar Leilão Reverso que adote procedimento e critérios diversos ao disposto no item 3.2.2.1 acima, desde que autorizado pelo Juízo da Recuperação Judicial, sendo dispensada a realização de consulta aos Credores Concursais.

3.3. Flexibilização da Jornada de Trabalho, Trabalho Remoto. O Grupo Riopet poderá reestruturar a relação com seus empregados, podendo tal reestruturação flexibilizar a jornada de trabalho de seus empregados, bem como estabelecer que seus empregados adotem o trabalho remoto (*home office*), além realizar a revisão dos contratos de trabalhos que redução salarial, compensação de horários e redução da jornada. As repactuações dos contratos de trabalho e de eventual plano de carreira não se sujeitarão à aprovação da Assembleia Geral de Credores, mas poderão se submeter à acordo e/ou à convenção coletiva nos casos em que a lei assim exigir.

3.4. Alienação e Oneração de Bens e Constituição de UPIs. Enquanto estiver em curso a Recuperação Judicial, o Grupo Riopet somente poderá alienar, vender, dar em pagamento, remover, onerar ou oferecer em garantia, inclusive garantia judicial, bens, ativos e/ou direitos, individualmente ou em conjunto, mediante a constituição ou não de UPI, e que sejam parte de seu Ativo Não Circulante somente quando houver (i) a aprovação dos Credores Concursais, reunidos em Assembleia Geral de Credores ou através de outras formas manifestação de vontade permitidas pelo art. 39, § 4º da LREF ou, alternativamente, (ii) autorização do Juízo da Recuperação Judicial. Após o encerramento da Recuperação Judicial, fica dispensada a necessidade de (i) aprovação dos Credores Concursais, reunidos em Assembleia Geral de Credores ou através de outras formas manifestação de vontade permitidas pelo art. 39, § 4º da LREF e de (ii) autorização do Juízo da



Recuperação Judicial; no que couber.

3.4.1. O objeto da alienação prevista nesta cláusula 3.4 estará livre de qualquer ônus e não haverá sucessão do adquirente nas obrigações do Grupo Riopet de qualquer natureza, incluídas, mas não exclusivamente, as de natureza ambiental, regulatória, administrativa, penal, anticorrupção, tributária e trabalhista, observado o disposto no § 1º do art. 141 da LREF.

3.5. Obtenção de Empréstimo Extraconcursal Prioritário - DIP. O Grupo Riopet está autorizada a contrair Empréstimo Extraconcursal Prioritário com o objetivo de (i) recompor ou incrementar o seu capital de giro; (ii) assegurar a continuidade e até mesmo para a expansão das suas atividades; (iii) preservar de seus Ativos; (iv) viabilizar o pagamento dos Créditos Reestruturados, seja em razão da reestruturação da dívida concursal prevista na cláusula 3.1 acima ou do pagamento antecipado dos Créditos Reestruturados, previsto no item 3.2 acima; bem como para (v) desenvolver o seu plano de negócios.

3.5.1. *Constituição das garantias.* Sem prejuízo da senioridade, extraconcursalidade e demais benefícios e privilégios legais assegurados ao Empréstimo Extraconcursal Prioritário, o Grupo Riopet poderá, até o encerramento da Recuperação Judicial, ainda, nos termos e limites fixados no item 3.4 acima, oferecer em garantia, real e fiduciária, os bens, ativos e/ou direitos, individualmente ou em conjunto, que sejam parte de seu Ativo Não Circulante somente quando houver (i) a aprovação dos Credores Concursais, reunidos em Assembleia Geral de Credores ou através de outras formas manifestação de vontade permitidas pelo art. 39, § 4º da LREF ou, alternativamente, (ii) autorização do Juízo da Recuperação Judicial. Após o encerramento da Recuperação Judicial, fica dispensada a necessidade de (i) aprovação dos Credores Concursais, reunidos em Assembleia Geral de Credores ou através de outras formas manifestação de vontade permitidas pelo art. 39, § 4º da LREF e de (ii) autorização do Juízo da Recuperação Judicial; no que couber.

3.6. Reorganização societária. O Grupo Riopet poderá realizar operações de reorganização societária, incluindo aquelas necessárias para implementação deste Plano de Recuperação Judicial, bem como fusões, incorporações, incorporações de ações, cisões, reduções de capital e





transformações, ou promover transferências patrimoniais (incluindo, estabelecimento, parcela dos seus ativos ou contratos existentes), nova sociedade que tenha em seu quadro social empresas do Grupo Riopet, seus atuais controladores e investidores que detém a opção de compra de quotas ou ações do Grupo Riopet; e ampliar, alterar, suprimir e/ou substituir as atividades constantes do seu objeto social do Grupo Riopet, independentemente da realização de Assembleia Geral de Credores.

3.6.1. O Grupo Riopet poderá ainda alterar a sua sede administrativa para escritório compartilhado (*coworking*), preferencialmente com serviço de recebimento de correspondências, e desde que seja localizado no Estado do Rio de Janeiro.

3.6.2. Fica desde já autorizada a incorporação da Elevapet pela Riopet ou outra empresa do Grupo Riopet, assim como a incorporação das sociedades integrantes do Grupo Riopet pela Elevapet.

3.7.Consolidação Substancial: As recuperandas poderão, a seu critério, submeter à aprovação dos credores a consolidação substancial deste processo de recuperação judicial, nos termos do art. 69-J da Lei nº 11.101/05, o que deverá ser feito pelos credores em deliberação nos termos do art. 38 da mesma Lei.

IV – PROVIDÊNCIAS COMPLEMENTARES

4. A Homologação do Plano de Recuperação Judicial deverá produzir os seguintes efeitos e obrigações:

4.1. Alteração da Titularidade de Crédito Concursal. Somente produzirão efeitos contra o Grupo Riopet a eventual alteração da titularidade de determinado Crédito Reestruturado, durante a vigência e o cumprimento deste Plano de Recuperação Judicial, seja por cessão, sucessão, sub-rogação ou qualquer outra forma admitida em lei, após o respectivo cessionário, sucessor ou credor por sub-rogação adotar as medidas necessárias para reconhecimento de sua titularidade sobre o Crédito Reestruturado em questão e para retificação da Lista de Credores.



4.1.1. O cessionário, o sucessor e o credor por sub-rogação deverão comunicar a alteração da titularidade do Crédito Reestruturado ao Grupo Riopet, **exclusivamente**, mediante comunicação estabelecida nos itens 4.2 e 4.3 abaixo, devendo **obrigatoriamente** serem entregues (i) Termo de Cessão, devidamente preenchido e assinado; (ii) Formulário de Atualização Cadastral, correspondente aos dados do novo titular do Crédito Reestruturado, devidamente preenchido e assinado; além de (iii) toda a documentação pertinente, conforme indicada na Relação de Documentação Suporte Obrigatória.

4.1.2. A falta de comunicação ao Grupo Riopet e a comunicação imprecisa, incompleta e/ou inverídica ou em desacordo com este Plano de Recuperação Judicial não produzirão quaisquer efeitos perante o Grupo Riopet, nem mesmo se houver comunicação no Processo de Recuperação Judicial.

4.1.3. Em qualquer caso, a alteração na titularidade do Crédito Concursal não afetará os pagamentos que tenham sido eventualmente realizados ao Credor Concursal original, nem alterará a Opção de Recebimento eleita na forma deste Plano de Recuperação Judicial.

4.2. Procedimento para escolha da Opção de Recebimento. Os Credores interessados em eleger a Opção de Recebimento do seu(s) correspondente(s) Créditos Reestruturados, deverão comunicar a sua escolha ser manifestada **obrigatória e exclusivamente: (i) por e-mail** ao Grupo Riopet com cópia para ao Administração Judicial (*conforme dados constantes do item 4.4 abaixo*); **(ii)** dentro do prazo de 10 (dez) Dias Corridos a contar do correspondente Termo Inicial para Comunicação (o “Prazo de Escolha”); e **(iii)** acompanhada do (i) Formulário de Comunicação de Opção de Recebimento, devidamente preenchido e assinado; além de (ii) toda a documentação pertinente, conforme indicada na Relação de Documentação Suporte Obrigatória.

4.2.1. Os Credores que não exercerem válida e tempestivamente a escolha da Opção de Recebimento, deverão necessariamente receber o seu correspondente Crédito Reestruturado na forma dos Créditos Trabalhistas - Opção A, dos Créditos com Garantia Real - Opção A, dos Créditos Quirografários - Opção A e dos Créditos ME/EPP - Opção A, conforme o caso.



4.2.2. A comunicação da eleição da Opção de Recebimento na forma, prazo e procedimentos previstos no item 4.2 acima é obrigatória para fins deste Plano de Recuperação Judicial, sendo que n*8/13q4ão produzirá efeitos qualquer outra forma de comunicação sobre Opção de Recebimento, inclusive se feita por meio de petição ao Juízo da Recuperação Judicial.

4.2.3. Os Créditos Retardatários, ainda que decorrentes de parcela inicialmente ilíquida de um Crédito constante da Lista de Credores, também estarão sujeitos ao procedimento previstos neste item 4.2. e deverão ser objeto de procedimento próprio correspondentes a este Crédito Retardatário, devendo ser encaminhado (i) Formulário de Comunicação de Opção de Recebimento, devidamente preenchido e assinado; além de (ii) toda a documentação pertinente, conforme indicada na Relação de Documentação Suporte Obrigatória.

4.2.4. *Vinculação e Efeitos.* O direito de escolha de Opção de Recebimento somente poderá ser exercido uma única vez e será para todos os fins de direito irrevogável e irretratável, inclusive na hipótese de cessão ou sub-rogação do referido crédito.

4.2.5. *Divulgação e Publicidade das Opções de Recebimento.* O Grupo Riopet deverá informar à Administração Judicial, para que este dê ciência em seu Relatório Mensal em até 60 (sessenta) Dias Corridos contados do término do Prazo de Escolha, a relação dos Credores Listados e as suas correspondentes Opções de Recebimento (“Publicação do Quadro de Eleição”). O Grupo Riopet deverá esclarecer à Administração Judicial, sempre que solicitado, a posição atualizada do Quadro de Eleição na medida que Credores titulares de Créditos Retardatários exercerem, por ação ou omissão, o direito de escolher a sua Opção de Recebimento, devendo estes esclarecimentos serem prestados à Administração Judicial até o encerramento da Recuperação Judicial.

4.3. Política antifraude e de compartilhamento de dados bancários atualizados. Com o objetivo de evitar fraudes e de assegurar que o devido pagamento dos Créditos Reestruturados, os Credores deverão disponibilizar os seus correspondentes dados cadastrais e bancários devidamente atualizados, devendo esta comunicação ser enviada **obrigatória e exclusivamente: (i) por e-mail** ao Grupo Riopet com cópia para ao Administração Judicial (*conforme dados constantes do item*



4.4 *abaixo*); **(ii)** dentro do prazo de 05 (cinco) anos a contar da Data da Publicação da Homologação do Plano; e **(iii)** acompanhada do (1) Formulário de Atualização Cadastral, devidamente preenchido e assinado; além de (2) toda a documentação pertinente, conforme indicada na Relação de Documentação Suporte Obrigatória..

4.3.1. Para evitar o risco de fraude, somente serão realizados os pagamentos dos Créditos Reestruturados do Credor que tiver compartilhado com o Grupo Riopet o (i) Formulário de Atualização Cadastral, devidamente preenchido e assinado; além de (ii) toda a documentação pertinente, conforme indicada na Relação de Documentação Suporte Obrigatória.

4.3.2. A falta de compartilhamento integral e correto das informações e documentos ao Grupo Riopet, impedirá que (i) seja alegado descumprimento do Plano de Recuperação Judicial; que (ii) incida sobre o referido Crédito Reestruturado, juros, multas ou encargos moratórios ou qualquer outra penalidade prevista em lei ou no Plano de Recuperação Judicial; que (iii) tal Crédito Reestruturado seja pago de forma antecipada na forma prevista no item 3.2 acima; bem como (iv) sujeitará os efeitos do art. 206, § 5º, inciso I do Código Civil ao Crédito Reestruturado, cujo prazo deverá contar da Data da Publicação da Homologação do Plano.

4.3.3. Atualização constante de dados. Os Credores Concursais serão responsáveis por manter seus dados atualizados com o Grupo Riopet, devendo informar os dados atualizados seguindo o procedimento previsto na cláusula 4.3 acima.

4.3.3.1. A atualização cadastral somente produzirá efeitos perante ao Grupo Riopet após 10 (dez) dias do seu recebimento da comunicação enviada pelo Credor, na forma na cláusula 4.3 acima e desde que tal comunicação tenha sido correta, precisa e completa e acompanhada de todos os documentos necessários.

4.3.4. A comunicação sobre atualização de dados do Credor na forma, prazo e procedimentos previstos no item 4.3 acima é obrigatória para fins deste Plano de Recuperação Judicial, sendo que não produzirá efeitos qualquer outra forma de comunicação, inclusive se feita por meio de petição ao Juízo da Recuperação Judicial.



4.4. Canal de Comunicação. Com exceção das disposições das cláusulas 4.2. e da 4.3 acima, que deverão ser cumpridas exclusiva e obrigatoriamente nos seus estritos termos forma, prazos e procedimentos, todas as notificações, requerimentos, pedidos e outras comunicações requeridas ou permitidas por este Plano de Recuperação Judicial, para serem eficazes, deverão ser feitas por escrito e serão consideradas realizadas quando enviadas: (i) por correspondência registrada, com aviso de recebimento; ou (ii) por e-mail quando efetivamente entregues, valendo o aviso de leitura como prova de entrega e recebimento da mensagem.

4.4.1. Todas as comunicações a serem encaminhadas ao Grupo Riopet e ao Administração Judicial deverão ser enviadas aos seguintes endereços, salvo se houver alteração devidamente registrada na Junta Comercial:

Ao Grupo Riopet:

E-mail: rj@riopet.com.br

À Administração Judicial

At. Matuch de Carvalho Advogados Associados

E-mail: riopet@mcaa.adv.br

4.5. Formalização de Documentos e Outras Providências. Os Credores obrigam-se, em caráter irrevogável e irretratável, por força deste Plano de Recuperação Judicial, a realizar todos os atos e firmar todos os contratos e outros documentos que, na forma e na substância, sejam necessários ou adequados ao cumprimento e implementação deste Plano de Recuperação Judicial.

V - EFEITOS DO PLANO DE RECUPERAÇÃO JUDICIAL

5. A Homologação do Plano de Recuperação Judicial deverá produzir os seguintes efeitos e obrigações:

5.1. Vinculação do Plano. As disposições do Plano vinculam o Grupo Riopet e os Credores



Concursais, e os seus respectivos cessionários e sucessores, a qualquer título, assim como credores que venham a se tornar Credores Concursais do Grupo Riopet por força de atribuição de responsabilidade incidental, subsidiária ou solidária, por força de lei ou decisão judicial, administrativa, arbitral, desde que o fato gerador de tal Crédito Concursal seja anterior ao ajuizamento da presente Recuperação Judicial, a partir da Data de Homologação Judicial do Plano.

5.2. Novação. Todos os Créditos Concursais são novados pelo Plano de Recuperação Judicial. Os pagamentos dos Créditos serão feitos exclusivamente nos valores, prazos, forma e demais condições previstas no Plano para cada uma das classes de Credores, salvo se o Credor concordar com um tratamento menos favorável para o recebimento de seu respectivo Crédito Reestruturado.

5.2.1. Entende-se como tratamento menos favorável o pagamento de Créditos Reestruturados em valores inferiores, por prazos mais longos e/ou com encargos financeiros menores do que os previstos na Opção de Recebimento que tenha sido optada pelo respectivo Credor.

5.2.2. A novação implicará, ainda, na liberação das garantias e exoneração dos Coobrigados, exceto para os Credores que manifestarem expressamente oposição à supressão de sua garantia ao Juízo da Recuperação Judicial, em até 10 (dez) dias corridos da Data da Publicação da Homologação do Plano de Recuperação Judicial.

5.2.3. A manifestação da oposição pelo Credor, assegura a continuidade de sua garantia em cumprimento ao dever de adimplemento obrigações assumidas pelo Grupo Riopet, nos termos e condições de adimplemento previstos neste Plano de Recuperação Judicial, ficando suspensas as eventuais Ações Judiciais ou Procedimentos Arbitrais contra os Coobrigados até o pagamento integral do correspondente Crédito Reestruturado.

5.3. Suspensão da publicidade de protestos. A Aprovação do Plano decorrerá na suspensão da publicidade de protestos eventualmente efetuados, desde que o Plano de Recuperação Judicial esteja sendo cumprido nos termos aprovados, ordem esta que poderá ser tomada pelo Juízo da Recuperação Judicial.



5.4. Ações e Procedimentos arbitrais. Em virtude da novação dos Créditos Concurais decorrente da Homologação Judicial do Plano, e enquanto este Plano de Recuperação Judicial estiver sendo cumprido pelo Grupo Riopet, os Credores Concurais não poderão, a partir da Homologação Judicial do Plano, (i) ajuizar ou prosseguir toda e qualquer ação e/ou execução judicial ou processo de qualquer natureza relacionado a qualquer Crédito Concursal contra o Grupo Riopet e seus Coobrigados, conforme o caso; (ii) executar qualquer sentença, decisão judicial ou sentença arbitral relacionada a qualquer Crédito Concursal contra o Grupo Riopet e seus Coobrigados, conforme o caso; (iii) penhorar ou onerar quaisquer bens do Grupo Riopet para satisfazer seus Créditos Concurais e seus Coobrigados, conforme o caso, ou praticar contra elas qualquer outro ato construtivo para satisfação de Créditos Concurais; (iv) criar, aperfeiçoar ou executar qualquer garantia real sobre bens e direitos do Grupo Riopet e/ou seus Coobrigados, conforme o caso, para assegurar o pagamento de seus Créditos Concurais; e (v) buscar a satisfação de seus Créditos Concurais por quaisquer outros meios contra o Grupo Riopet e/ou seus Coobrigados, conforme o caso.

5.4.1. A partir da Data de Homologação Judicial do Plano, todo e qualquer processo de execução, de qualquer natureza, relacionado a qualquer Crédito Concursal contra o Grupo Riopet, deverão ser extintos completamente ou, caso mais de uma pessoa figure no polo passivo da referida ação, sendo certo que as penhoras e constrições existentes sobre bens e direitos do Grupo Riopet serão liberadas, bem como o saldo de bloqueios judiciais eventualmente efetivados nas referidas ações judiciais.

5.5. Concordância e ratificação. A Aprovação do Plano representará a concordância e ratificação de todos os atos praticados e obrigações contraídas no curso do Processo de Recuperação Judicial, incluindo, mas não se limitando, todos os atos e todas as ações necessários para a integral implementação e consumação do Plano de Recuperação Judicial, cujos atos ficam expressamente autorizados, validados e ratificados para todos os fins de direito, desde que tais atos tenham sido levado a conhecimento do Administração Judicial, dos Credores ou do Juízo da Recuperação Judicial.

5.6. Quitação. O cumprimento pelo Grupo Riopet, das obrigações previstas no Plano de



Recuperação Judicial, ainda que de forma extemporânea, implica, necessariamente, na mais ampla, geral e irrestrita Quitação, nada mais podendo ser exigido pelo Credor em questão.

5.7. Contratos Existentes. Na hipótese de conflito entre as disposições do Plano de Recuperação Judicial e as obrigações do Grupo Riopet sujeitas à Recuperação Judicial previstas nos contratos celebrados com qualquer Credor Concursal anteriormente à Data do Pedido, este Plano de Recuperação Judicial prevalecerá.

VI - DISPOSIÇÕES GERAIS

6. Os termos e condições estipulados no presente instrumento e respectivos documentos anexos constituem o inteiro teor do Plano de Recuperação Judicial.

6.1. Aditamentos, Alterações ou Modificações do Plano. Aditamentos, alterações ou modificações ao Plano podem ser propostas a qualquer tempo após a Homologação Judicial do Plano e antes do encerramento da Recuperação nos termos do item 6.4 abaixo, desde que tais aditamentos, alterações ou modificações sejam aceitas pelo Grupo Riopet e aprovadas pelos Credores reunidos em Assembleia Geral de Credores, nos termos da LREF. Aditamentos ao Plano, desde que aprovados nos termos da LREF, obrigam todos os Credores Concurtais, independentemente da expressa concordância destes com aditamentos posteriores. Para fins de cômputo, os Créditos Concurtais deverão ser atualizados na forma deste Plano e descontados dos valores já pagos a qualquer título em favor dos Credores Concurtais, conforme o caso.

6.2. Divisibilidade das Previsões do Plano. Na hipótese de qualquer termo ou disposição deste Plano de Recuperação Judicial ser considerada inválida, nula ou ineficaz, o restante dos termos e disposições do Plano de Recuperação Judicial devem permanecer válidos e eficazes.

6.3. Caso Fortuito ou Força Maior (*Hardship*). O Grupo Riopet e os Credores Concurtais não serão considerados ou inadimplentes nem responsáveis pelo descumprimento de qualquer obrigação prevista no Plano de Recuperação Judicial ou dele decorrentes, na hipótese de Caso Fortuito, de Força Maior ou por outras motivos que possam impactar nas premissas necessárias



para a execução do Plano de Recuperação Judicial. Na ocorrência de Caso Fortuito, Força Maior ou por outras motivos que possam impactar nas premissas necessárias para a execução do Plano, que impeça ou prejudique, ainda que parcialmente, a execução das obrigações previstas no Plano pelo prazo de até 90 (noventa) dias, as obrigações impedidas de serem executadas, ainda que parcialmente, ficarão suspensas por igual período. Na hipótese desse período exceder o prazo de 90 (noventa) dias, permanecerão suspensas as obrigações impedidas de serem cumpridas, entretanto, o Grupo Riopet e os Credores Concursais deverão se valer da mediação, na forma regrada no item 8.1 abaixo, como meio adequado para a tentativa de composição.

6.4. Encerramento da Recuperação Judicial. A Recuperação Judicial poderá ser encerrada a pedido do Grupo Riopet, nos termos do art. 61 da LREF.

6.5. Prazos. Todos os prazos previstos neste Plano de Recuperação Judicial serão contados na forma prevista no artigo 132 do Código Civil, desprezando-se o dia do começo e incluindo-se o dia do vencimento. Quaisquer prazos deste Plano de Recuperação Judicial (sejam contados em Dias Úteis ou não) cujo termo inicial ou final caia em um dia que não seja Dia Útil, serão automaticamente prorrogados para o Dia Útil imediatamente posterior.

VII - LEGISLAÇÃO APLICÁVEL

7. Os direitos, deveres e obrigações decorrentes deste Plano deverão ser regidos, interpretados e executados de acordo com as leis vigentes na República Federativa do Brasil, ainda que haja Créditos originados sob a regência de leis de outra jurisdição e sem que quaisquer regras ou princípios de direito internacional privado sejam aplicadas.

VIII - RESOLUÇÃO DE DISPUTAS

8. Todos e quaisquer conflitos ou controvérsias originárias ou, direta ou indiretamente, relacionadas ao Plano de Recuperação Judicial, a Créditos Concursais e/ou Créditos Reestruturados, inclusive quanto à sua interpretação, adimplemento ou execução deverão ser solucionados por métodos adequados de resolução de conflitos, que inicie obrigatoriamente pela instauração de procedimento



de mediação, com a suspensão dos prazos previstos neste Plano de Recuperação Judicial e na LREF, como meio para viabilizar a composição das partes envolvidas em tais conflitos e controvérsias. Não haverá a suspensão prevista anteriormente caso quaisquer das partes envolvidas no processo de mediação expressar por escrito a sua oposição a esta suspensão, devendo dirigir esta comunicação, (i) ao Juízo da Recuperação Judicial, até o encerramento da Recuperação Judicial e (ii) após este período, perante a Câmara constituição de Conciliação e Arbitragem (“Câmara FGV”), que procederá em conformidade com seu Regulamento de Mediação, sempre com cópia para o Grupo Riopet conforme canais de comunicação indicado na cláusula 4.4 acima.

8.1. Mediação. Os procedimentos de mediação deverão ser instaurados na Câmara FGV de Conciliação e Arbitragem, que procederá em conformidade com seu Regulamento de Mediação.

8.1.1. Os procedimentos de mediação deverão ser instaurados pelo prazo de 90 (noventa) dias, que somente será prorrogado se houver consenso entre todas as partes envolvidas na mediação.

8.2. Solução de Litígios. Os conflitos e as controvérsias não resolvidos pela mediação, serão definitivamente resolvidos: (i) pelo Juízo da Recuperação Judicial, até o encerramento da Recuperação Judicial, e (ii) após este período, pelo foro da Comarca de Nova Iguaçu, Estado do Rio de Janeiro, com renúncia a qualquer outro, por mais privilegiado que possa ser.

Nova Iguaçu (RJ), 07 de maio de 2024			
MARCUS VINICIUS EL HUAICK DE ARAUJO:01599535700	Assinado de forma digital por MARCUS VINICIUS EL HUAICK DE ARAUJO:01599535700 Dados: 2024.05.07 14:31:45 -03'00'	FLAVIO OZON BOGHOSSIAN:78653061720	Assinado de forma digital por FLAVIO OZON BOGHOSSIAN:78653061720 Dados: 2024.05.07 14:33:18 -03'00'
RIOPET EMBALAGENS S/A – EM RECUPERAÇÃO JUDICIAL			
EDMUNDO CARNEIRO DE ARAUJO:03479854753	Assinado de forma digital por EDMUNDO CARNEIRO DE ARAUJO:03479854753 Dados: 2024.05.07 16:45:51 -03'00'	FLAVIO OZON BOGHOSSIAN:78653061720	Assinado de forma digital por FLAVIO OZON BOGHOSSIAN:78653061720 Dados: 2024.05.07 14:33:43 -03'00'
INJETRIO INDÚSTRIA DE PLÁSTICO LTDA – EM RECUPERAÇÃO JUDICIAL			
MARCUS VINICIUS EL HUAICK DE ARAUJO:01599535700	Assinado de forma digital por MARCUS VINICIUS EL HUAICK DE ARAUJO:01599535700 Dados: 2024.05.07 14:32:07 -03'00'	FLAVIO OZON BOGHOSSIAN:78653061720	Assinado de forma digital por FLAVIO OZON BOGHOSSIAN:78653061720 Dados: 2024.05.07 14:34:07 -03'00'
RESIN PLÁSTICOS LTDA – EM RECUPERAÇÃO JUDICIAL			
MARCUS VINICIUS EL HUAICK DE ARAUJO:01599535700	Assinado de forma digital por MARCUS VINICIUS EL HUAICK DE ARAUJO:01599535700 Dados: 2024.05.07 14:32:29 -03'00'	FLAVIO OZON BOGHOSSIAN:78653061720	Assinado de forma digital por FLAVIO OZON BOGHOSSIAN:78653061720 Dados: 2024.05.07 14:34:29 -03'00'
BMW PARTICIPAÇÕES LTDA – EM RECUPERAÇÃO JUDICIAL			





Anexo VI.Termo de Compromisso de Manutenção de Relacionamento





TERMO DE COMPROMISSO DE MANUTENÇÃO DE RELACIONAMENTO

Ao
Grupo Riopet
Por e-mail: rj@riopet.com.br

Com cópia:
Administração Judicial
Por e-mail: riopet@mcaa.adv.br

Nos termos da cláusula do 3.1.4. do 1º Aditivo ao Plano de Recuperação Judicial do Grupo Riopet, apresentado no Id. 42675998, que acompanha o presente Termo de Compromisso, serve o presente formulário para eleger a seguinte opção de recebimento:

Anexo I. INFORMAÇÕES SOBRE O CRÉDITO			
Situação Crédito: () Listado () Retardatário () Cedido () Sub-rogado			
Tipo/Classe: () Quirografário () ME/EPP			
Anexo II. DADOS DO CREDOR			
Nome Completo:			
CPF/CNPJ:		RG (Se pessoa física):	
E-mail:		Telefone:	
ENDEREÇO:			
Logradouro (Rua, Alameda, Avenida e etc.)			
Bairro:	Cidade:	UF:	CEP:
DADOS DO REPRESENTANTE LEGAL (Para credores pessoas jurídicas ou representados por advogado)			
Nome Completo:			
CPF:		RG/OAB:	
E-mail:		Telefone:	

OPÇÃO DE RECEBIMENTO – CREDOR COLABORADOR
<p>Pelo presente TERMO DE COMPROMISSO DE MANUTENÇÃO DE RELACIONAMENTO o credor acima qualificado opta pelo recebimento do seu crédito reconhecido na recuperação judicial do Grupo Riopet pela opção de pagamento descrita na cláusula 3.1.4, denominada de Modalidade de Pagamento aos Credores Colaboradores.</p> <p>Para tanto, o credor acima qualificado, homologado pelo sistema Coca-Cola®, manifesta expressamente seu interesse de continuar adquirindo as Garrafas PET Retornáveis (“RefPet”) ou Pré-Formas PET Oneway (“Pré-Forma”) comercializadas pelas Recuperandas, nos preços e nas condições financeiras negociadas em comum acordo entre as partes, desde que preencham, estritamente, os requisitos cumulativos estabelecidos na respectiva Cláusula 3.1.4.1, que trata da modalidade de pagamento para Credor Colaborador.</p> <p>O credor acima qualificado também está ciente de que caso este TERMO DE COMPROMISSO DE MANUTENÇÃO DE RELACIONAMENTO seja assinado antes da homologação do 1º Aditivo ao Plano de Recuperação Judicial, o desconto previsto na respectiva cláusula 3.1.4.1, que trata da modalidade de pagamento para Credor Colaborador, somente será realizado após a homologação do Plano de Recuperação Judicial,</p>





mediante abatimento do crédito concursal que o cliente possuir junto às Recuperandas, nos termos da cláusula 3.1.4.2.

AVISO

As informações constantes deste formulário devem ser verdadeiras e rigorosamente precisas e deverão atender integralmente ao disposto no Plano de Recuperação Judicial do Grupo Riopet.

Os termos utilizados neste formulário deverão respeitar os significados atribuídos no Plano de Recuperação Judicial do Grupo Riopet.

Toda documentação exigida pelo no Plano de Recuperação Judicial do Grupo Riopet é obrigatória e deve ser apresentada sob pena deste formulário não produzir os efeitos a que se propõe.

A opção manifestada pelo credor permanece irrevogável e irretroatável mesmo com eventual alteração no 1º Aditamento ao Plano de Recuperação Judicial, desde que a cláusula “OPÇÃO DE RECEBIMENTO – CREDOR COLABORADOR” permaneça inalterada.

Local:

Data:

Assinatura do Credor

(do Representante Legal ou do Advogado, quando for o caso)

